

**Atos Oficiais**

**LEI Nº 6.890, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023**

**Acresce dispositivos ao anexo I da Lei 3.668, de 03 de dezembro de 1993, que estabelece o Código Tributário Municipal, e dá outras providências.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art.1º** Acresce a seguinte quadra, no anexo I da Lei Municipal nº 3.668, de 03 de dezembro de 1993, que estabelece o Código Tributário Municipal, e dá outras providências:

Id Face da Quadra	Inscrição Quadra	Endereço:	Face	Cod Vlr Terreno	Imóvel Bairro	Valor por M²
7146	352-22-18	09400-000 – Rodovia SPA 086/21	1	7	Guapituba	R\$ 46,57

**Art.2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 01 de setembro de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 4407/2023-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

Pregão Eletrônico aberto junto ao Setor de Licitações:

Nº 090/2023 - Objeto: registro de preços para fornecimento de equipamentos diversos para uso na Secretaria de Saúde e Higiene. Período para cotação das 11:00 horas do dia 05/09/2023 às 08:00 horas do dia 20/09/2023. Período para lances: 20/09/2023 a partir das 09:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

**Responsável pela empresa Klarin Obras de Alvenaria LTDA, inscrito sob o número de CNPJ43.755.265/0001-02, proprietário responsável pelo imóvel situado à Rua Antônio Gomes de Souza, 150, Tecelão, Ribeirão Pires, SP, identificado pelo CCI 3004461, cientificado dos termos do auto de infração ambiental 0263, anexo em processo administrativo de número 3314/2023, da Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano da Estância Turística de Ribeirão Pires por meio do Grupo de Fiscalização Integrada localizada à Rua João Domingues de Oliveira, 320, Centro, ao que segue:**

**AIA 0263**

**Local**

**Rua Antônio Gomes de Souza, 150, Tecelão, Ribeirão Pires SP, CCI 3004461**

**Base Legal**

**Apuração de dano ambiental, parcelamento irregular solo e construção em desacordo com a Lei 5423/2010 artigo 4º,**

**Com as seguintes medidas a serem tomadas dentro de 30 (trinta) dias: Manifestar quanto a denúncia de supressão de vegetação, movimentação de terra, construção e parcelamento irregular de solo.**

**Penalidade**

**Valor: R\$ 2.569,50 - Artigo 50, inciso IV da Lei 5423/2010**

**Prazo para recurso: 10 (Dez) dias, contados a partir da data desta publicação.**

**Fiscalização ambiental**

**Responsável pela empresa Makrin Incorporadora e Empreendimentos LTDA, inscrito sob o número de CNPJ 31.158.697/0001-57, proprietário responsável pelo imóvel situado à Rua Antônio Gomes de Souza, 150, Tecelão, Ribeirão Pires, SP, identificado pelo CCI 3004461, cientificado dos termos do auto de infração ambiental 0264, anexo em processo administrativo de número 3314/2023, da Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano da Estância Turística de Ribeirão Pires por meio do Grupo de Fiscalização Integrada localizada à Rua João Domingues de Oliveira, 320, Centro, ao que segue:**

**AIA 0264**

**Local**

**Rua Antônio Gomes de Souza, 150, Tecelão, Ribeirão Pires SP, CCI 3004461**

**Base Legal**

**Apuração de dano ambiental, parcelamento irregular solo e construção em desacordo com a Lei 5423/2010 artigo 4º,**

**Com as seguintes medidas a serem tomadas dentro de 30 (trinta) dias: Manifestar quanto a denúncia de supressão de vegetação, movimentação de terra, construção e parcelamento irregular de solo.**

**Penalidade**

**Valor: R\$ 2.569,50 - Artigo 50, inciso IV da Lei 5423/2010**

**Prazo para recurso: 10 (Dez) dias, contados a partir da data desta publicação.**

**Fiscalização ambiental**